Contribuições da sociologia hermenêutica para o desenvolvimento estético literário

Silvia Paulo

Resumo

O artigo tem como objetivo relacionar o desenvolvimento estético literário com os conhecimentos da Sociologia e suas subáreas. A pesquisa é bibliográfica, somente com dados pesquisados de outras vozes sociológicas. A compreensão dos conhecimentos históricos e teóricos sobre os paradigmas existentes na Sociologia da Educação são necessários para as análises dos estudos em Educação. Então, entender que a sociologia hermenêutica e o método de análise de Max Weber se aproximam da ação social é se inquietar em analisar o sujeito culturalmente em sua plenitude. É pelas relações sociais que a arte adquire autonomia. Assim o acréscimo que este artigo traz à literatura científica é que a forma estética possibilita a crítica ao permitir o distanciamento da realidade para constituir a autonomia da arte em relação ao que é posto e pode afastar o homem das lutas sociais por um momento.

PALAVRAS-CHAVE: ação social. arte. educação. estética. desenvolvimento estético literário.

**I. Introdução**

A sociologia é o resultado de uma tentativa de compreensão de situações sociais radicalmente novas, criadas pela então nascente sociedade capitalista que em sua trajetória tem a ciência como uma constante tentativa de dialogar com essa civilização e suas diferentes fases. Ela está formada em um bojo de circunstâncias históricas, intelectuais e com determinadas intenções práticas tendo como surgimento a desagregação da sociedade feudal e a consolidação da civilização capitalista.

A partir desse contexto, este artigo tem como objetivo relacionar o desenvolvimento estético literário com os conhecimentos da Sociologia e suas subáreas.

Dessa forma, o artigo está assim organizado: a primeira parte contextualiza historicamente o surgimento da Sociologia enquanto disciplina científica; a segunda parte apresenta os paradigmas da Sociologia da Educação; a terceira parte relaciona os conhecimentos da Sociologia com os conhecimentos da Sociologia da Educação e o desenvolvimento estético.

**II. A Sociologia**

A palavra Sociologia aparece por volta de 1930 com transformações políticas, econômicas e culturais que culminaram em dois acontecimentos históricos – que são as Revoluções Industrial e Francesa. A sociedade capitalista representava cada avanço; a máquina a vapor, o aperfeiçoamento de métodos produtivos, até a mudança de costumes e as novas formas de organização da vida social.

Segundo Martins (1986), em um período de oitenta anos, ou seja, entre 1780 e 1860, a Inglaterra havia mudado de forma marcante a sua fisionomia, ou seja, com a formação de uma sociedade que se industrializava e urbanizava em ritmo crescente e implicava na reordenação da sociedade rural, na destruição da servidão e no desmantelamento da família patriarcal. A atividade artesanal se transformou em manufatureira, depois em fabril, desencadeando em uma demanda grande de pessoas do campo para a cidade. Mulheres e crianças trabalhavam durante 12 horas, sem férias e feriado, com um salário miserável (MARTINS, 1986).

Ainda em Martins (1986), com a modificação dos estilos de trabalho e local de moradia, as pessoas sofriam efeitos traumáticos, pois a demografia das cidades modificava-se tão rapidamente quanto às imigrações se solidificavam. As cidades, com 70 mil habitantes, no início do século XIX, logo possuíam 300 mil habitantes, isso dentro do período de 50 anos apenas. O quadro era de horror: aumentaram as prostituições, os suicídios, o alcoolismo, o infanticídio, a criminalidade, a violência e muitas doenças foram desencadeadas alardeando populações inteiras. A miséria tomava conta do povo, em especial dos trabalhadores assalariados.

Como afirma Martins (1986 p. 9-10):

A literatura do século XVII, por exemplo, constituía outra área que ia se afastando do pensamento oficial, na medida em que se rebelava contra a criação literária legitimada pelo poder. A obra de vários literatos contribuía para discussões acirradas em torno dos fundamentos dos poderes políticos, assim, renovando costumes e hábitos mentais dos homens da época.

Essa era a nova formulação de uma nova atitude intelectual diante dos fenômenos da natureza e da cultura. As artes, a filosofia e a literatura ocupavam-se cada vez mais com questões eminentemente humanas, como a descrição de uma sociedade idealizada, onde valores e virtudes humanas como a igualdade, a solidariedade e o coletivo passam a figurar os escritos (COSTA, 1987).

Assim, a burguesia, ao tomar o poder em 1789, investiu decididamente contra os fundamentos da sociedade feudal, procurando construir um Estado que assegurasse sua autonomia em face da Igreja e que protegesse e incentivasse a empresa capitalista. A partir da ascensão comercial promovida pelos burgueses, dogmas católicos e valores medievais foram aos poucos sendo criticados e abandonados, como, por exemplo, a ideia do lucro ser considerado um pecado perante a moral católica e condenado perante o poder da nobreza - o que de certa forma mantinha a ordem estamental (Conceito: antigamente quem nascia rico era rico (sistema de castas), no sistema **estamental** acontece a oportunidade de nascer pobre e ficar rico. Na ordem estamental o trabalhador rural estava ligado a sua terra natal e ao seu senhor feudal por laços de honra e fidelidade; a nobreza e a Igreja dividiam o poder) da sociedade feudal. Os iluministas, enquanto ideólogos da burguesia dessa época se posicionavam de forma revolucionária, atacando com veemência os fundamentos da sociedade feudal, os privilégios da classe dominante e as restrições que esta impunha aos interesses econômicos e políticos da burguesia.

Um movimento que também começou a delinear novos pensamentos em direção à modernidade foi o Renascimento. Ele trouxe valores diferentes daqueles da Idade Média e essa mudança radical no mundo ocidental exigia uma nova ordem social. Então, surgiu uma nova concepção de lucro, elaborada e praticada pelo comerciante burguês renascentista. Essa foi a marca decisiva da ruptura com os valores e as ideias do mundo medieval. O lucro expressava ostentação, premissa da acumulação.

Durante o Renascimento surgiram concepções determinantes para a constituição do pensamento e da mentalidade modernas. Então, diante dessa nova postura do homem ocidental em relação à natureza e ao conhecimento, Costa (1987), traz alguns conceitos; antropocentrismo (humanismo): o homem foi colocado como o centro das preocupações e indagações dos pensadores. Abandonou-se o olhar voltado unicamente a Deus; laicismo (racionalismo): enfatiza-se a razão como principal instrumento para compreender o Universo e a Natureza. A mentalidade vai se tornando paulatinamente laica – desligada das questões sagradas e transcendentais e o individualismo: antes, o sujeito era sujeitado à família (sobrenome), à religião, à propriedade fundiária; o processo de individualização é a libertação do sujeito dessas instituições.

Desse modo, a Revolução Industrial evidenciou o surgimento da indústria capitalista, que foi aos poucos congregando as máquinas, as terras e as ferramentas sob seu controle, desencadeando, assim, no surgimento de novas relações sociais de produção; transformando os homens em trabalhadores sem posses. Com o surgimento da indústria, acontece o êxodo rural, o povo migra para as cidades em busca de novas alternativas. Com as novas relações sociais de produção surge o proletariado e é necessário que alguém ofereça a mão de obra.

Outro movimento filosófico, posterior ao Renascimento, que contribuiu para a formação da sociedade moderna foi o Iluminismo, no século XVIII. Esse movimento se deu pela negação das instituições sociais e dos privilégios da Igreja. Os iluministas reivindicavam a libertação dos sujeitos dos laços tradicionais, alegando que as instituições de sua época eram irracionais e injustas, pois impediam a liberdade do homem. O homem é um indivíduo dotado de direito e razão e, portanto, é condutor da sua história. Essa afirmação se aproxima do racionalismo e do humanismo iniciados no período renascentista.

Segundo Costa (1987), a *Ilustração*, concebeu novas ideias de vida social, entendeu a coletividade como um organismo próprio e discerniram aspectos e áreas da vida social, como a agricultura, indústria, campo e cidade e o surgimento de conceitos, como Valor e Estado que revelam a existência de uma metodologia preocupada em demonstrar uma nova forma de conhecer a realidade social. As teorias sociais da *Ilustração* no século XVIII foram o início do pensar científico sobre a sociedade; o poder de orientar a ação política do que viria a ser o Estado Capitalista, constitucional e democrático. A filosofia social desse período teve a vantagem de não consumir apenas uma crítica social baseada no que a sociedade poderia idealmente vir a ser, em relação à renascentista, mas de criar projetos concretos de realização política para a sociedade burguesa emergente.

O Estado criava o princípio da circulação de poder e o confronto de interesses que eram subjacentes às ideias propostas pelos políticos iluministas. A Revolução Francesa, por sua vez, negava a antiga ordem social do Regime Absolutista (século XVIII). O objetivo da Revolução Francesa era ascender socialmente, sobrepondo-se à monarquia e ao Estado Absolutista, instaurando-se como classe revolucionária. A burguesia era uma classe que vivia às margens da sociedade e que aos poucos conseguiu juntar capital e ascender politicamente.

Sob o aspecto filosófico, o estudo científico era uma negação da religião. Logo, Feuerbach, filósofo alemão, atacou a concepção segundo a qual o homem havia sido criado por Deus, e inverteu a situação ao afirmar que o homem criara a Deus à sua imagem e semelhança. Nietzsche chega a anunciar a Morte de Deus e a necessidade de o homem assumir a plena responsabilidade sobre sua existência no mundo. A racionalidade das ciências naturais e do método da Sociologia obteve um reconhecimento necessário para substituir a religião na explicação da origem, do desenvolvimento e da finalidade do mundo (COSTA, 1987). Agora a ciência podia apontar aos homens o caminho em direção à verdade e não mais a religião. Com essa nova mentalidade que reforçava a crença na materialidade da vida e no poder da ciência, a primeira escola científica foi formada: o pensamento sociológico positivista. A vida humana em sociedade deixa de ser mero estágio para a vida após a morte e passa agora a buscar explicações para a existência das crenças religiosas na própria sociedade.

O positivismo foi a primeira forma de pensamento sociológico que surge com o intuito de organizar a sociedade pós-revolução. Foi fundado por Auguste Comte e tem como princípios; filosófico: crença absoluta na razão e/ou ciência. Assim como na natureza existem leis universais que a regem, também existem na sociedade, e deve ser explicada pelos cientistas; metodológico: a sociedade é passível de ser estudada, usando os mesmos métodos das ciências exatas e político: todas as sociedades tendem a um estado de harmonia e equilíbrio (COSTA 1987).

As primeiras análises do termo sociologia feitas por Comte ganham inicialmente o nome de “física social” por ser visível a evolução dos conhecimentos das ciências naturais (física, química, biologia). Essa filosofia social positivista se inspirava no método de investigação das ciências da natureza. A sociedade foi concebida como um organismo em partes que funcionavam harmonicamente segundo um modelo físico e mecânico. Aqui o positivismo é chamado de “organicismo”.

Em suma, o primeiro princípio dessa escola foi, então, a tentativa de constituir seu objeto, pautar seus métodos e elaborar seus conceitos à luz das ciências naturais. Com isso, os primeiros pensadores sociais positivistas responderam com ideias de ordem e progresso. A ordem transformava as sociedades dos níveis de menos avançadas até mais evoluídas e o progresso garantia aos indivíduos das sociedades o bem comum e os anseios da maioria da população. Os conflitos e movimentos eram refreados para não por em risco a ordem estabelecida e para não inibir o progresso (COSTA, 1987).

**III. Paradigmas sociológicos e sociologia da educação**

A concepção de educação está vinculada ao tipo de sociedade que se deseja construir. Isso, porém, não é individual e nem depende da vontade unicamente dos profissionais. Lembramos que até por volta dos anos 1970, a produção em série ainda era a característica do trabalho nas fábricas, a preparação para o trabalho era meta da educação e era nessa época em que se privilegiava uma educação como reprodução, pois em algumas profissões não exigiam nenhuma formação e propagava-se que quem frequentava a escola e se esforçava, por mérito, teria melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Com a Revolução Industrial veio o surgimento das máquinas e com isso novas relações sociais de produção propiciando o surgimento da indústria, o êxodo rural e o surgimento de uma nova classe social: o proletariado.

A origem da educação dá-se com a origem do próprio homem, mesmo muito antes de haver escola. Percorrendo a história da educação encontramos que, “com o advento da sociedade moderna, tende a se generalizar, convertendo-se na forma principal e dominante de educação” (SAVIANI, 2005, p. 248).

Se articularmos a escola com os interesses da classe dominada, percebemos que, ainda hoje, ela é impossibilitada de ter pleno acesso a todos os níveis de ensino e real domínio do saber acumulado pela sociedade. A sociedade ainda está organizada de modo a atender aos interesses da classe dominante, o que acaba determinando nossas práticas pedagógicas e nosso descontentamento constante como educadores.

Para, além disso, os autores clássicos que definiram as três principais matrizes teóricas do estudo sociológico são: Émile Durkheim (1858-1917), considerado um dos pais da Sociologia, e pai da Sociologia da Educação; Max Weber (1864-1920), que voltou seu olhar para o indivíduo em ação social e Karl Marx (1818-1883), cuja obra filosófica sobre a sociedade capitalista fundou a perspectiva marxista da Sociologia.

Durkheim vê o fato social como normas e regras coletivas que orientam a vida dos indivíduos em sociedade. Maneiras de agir, pensar e sentir dotados do poder de coerção. Para ele, o objeto da sociologia é macrocontextual, ou seja, constitui-se historicamente como o conjunto de relacionamentos que os homens estabelecem entre si na vida em sociedade. Exemplo: relações de cooperação, etc. Logo, o objeto de estudo da sociologia é afirmado por Durkheim pelos chamados fatos sociais e comtemplam três características que permitem sua identificação na realidade, segundo Tomazi (1993, p. 18),

[...] exterioridade: ideias, normas ou regras de conduta criadas pela coletividade e que já existem fora de nós quando nascemos; coercitividade: as regras devem ser seguidas pelos membros da sociedade. E se alguém desobedecer é punido pelo resto do grupo e generalidade: é para determinadas pessoas apenas, pois existem leis maiores que valem para todos.

Um dos principais exemplos de Durkheim para explicar o que é fato social é a Educação. A criança aprende ideias, sentimentos e hábitos que são essenciais para a vida em sociedade que ela não possui quando nasce. Sem a linguagem, a criança não poderia participar da vida em sociedade. Outro conceito importante para Durkheim é a instituição “que é um conjunto de normas e regras de vida que se consolidam fora dos indivíduos e que as gerações transmitem umas às outras. Exemplo: igreja, exército, família, etc” (TOMAZI, 1993, p. 19).

Segundo Tomazi (1993), Durkheim trata da sociologia do consenso, a sociologia que quer estabelecer a ordem e o progresso social. Para ele, a sociedade prevalece sobre o indivíduo, pois a sociedade é um conjunto de normas de ação, pensamento e sentimento que são constituídas fora das consciências individuais; são as regras criadas por um grupo. Exemplo: as leis. As leis organizam a vida em conjunto. Assim, os fatos sociais se diferenciam dos fatos estudados por outras ciências por terem origem na sociedade. Assim, Gomes (1985, p. 17), reforça que,

o paradigma do consenso vê a sociedade como um conjunto de pessoas e grupos unidos por valores comuns, que geram um consenso espontâneo. Em contrapartida a sociedade passa a ser vista pelo paradigma do conflito como um conjunto de grupos em contínuo conflito, onde uns estabelecem dominação sobre os outros.

Durkheim fala da crise moral da Europa, como se vive em sociedade para poder instaurar a nova ordem burguesa. Se um indivíduo é constituído dentro de normas, então, existe um projeto desse indivíduo que é político e visa uma ordem social. O método para sociologia de Durkheim é que o pesquisador deve analisar os fatos sociais como se eles fossem objetos que existem independentemente de nossas ideias e vontades. “O pesquisador deve ter uma posição de neutralidade e objetividade em relação à sociedade para conseguir descrever a realidade social, sem deixar que suas ideias e opiniões interfiram na observação dos fatos sociais” (TOMAZI, 1993, p. 19).

Para o sociológico alemão Max Weber (1864-1920), a análise estará centrada nos atores e em suas ações. Uma ação social é qualquer ação que o indivíduo faz orientando-se pela ação de outros. Assim, Weber afirma que toda vez que se estabelece uma relação significativa, isto é, algum tipo de sentido entre várias ações sociais acontecerá as relações sociais. Só existe ação social quando o indivíduo tenta estabelecer algum tipo de comunicação, a partir de suas ações, com os demais.

Conforme Tomazi (1993, p. 20), Weber elenca três tipos de ação social,

ação tradicional: aquela determinada por um costume ou um hábito arraigado. Exemplos: sociedades “simples” (rurais/populações pequenas); ação afetiva: aqueles determinados por afetos ou estados sentimentais e racional com relação a valores: determinada pela crença consciente num valor considerado importante, independentemente do êxito desse valor na realidade; racional com relação a fins: determinada pelo cálculo racional que coloca fins e organiza as ações sociais.

Weber não analisa as regras e normas sociais como exteriores aos indivíduos. Pelo contrário, as normas e regras sociais são o resultado do conjunto de ações individuais, sendo que os agentes escolhem o tempo todo, diferentes formas de conduta. As ideias coletivas, como o Estado, o mercado econômico, as religiões, só existem porque muitos indivíduos orientam reciprocamente suas ações num determinado sentido. Estabelecem, dessa forma, relações sociais que tem de ser mantidas continuamente pelas ações individuais.

Portanto, Weber (1993) tem como foco o microcontexto, isto é, o “mundo” dos indivíduos em sociedade. O contexto está na subjetividade; a crença que um indivíduo deposita no outro; crença essa que é o ponto de vista das instituições sociais para Weber. É toda uma dialética social.

Segundo Tomazi (1993, p. 22),

Weber enfatiza o papel ativo do pesquisador em face da sociedade. Os tipos de ação social propostos por Weber, por exemplo, são construções teóricas que servem para tornar compreensíveis certas ações dos agentes sociais. Outros pesquisadores podem construir tipos diferentes para explicar formas de ações sociais que não possam ser compreendidas pelos tipos propostos por Weber. As construções teóricas de cada cientista dependem, assim, de escolhas pessoais que devem ser feitas visando aos aspectos da realidade que se quer explicar. Desse ponto de vista, portanto, não é possível uma neutralidade total do cientista em relação à sociedade.

Assim, o método de análise de Weber é a sociologia compreensiva, ou seja, interpretar o sentido da ação social. Entender o sujeito para interpretar a sociedade.

Por fim, o pensador alemão Karl Marx (1818-1883) também contribui para discussão entre indivíduo e sociedade. Conforme Tomazi (1993, p. 22),

Marx afirma que as condições materiais de toda a sociedade condicionam as demais relações sociais. Para viver, os homens têm de transformar a natureza, ou seja, comer, construir abrigos, utensílios, sem o que não poderiam viver como seres vivos. Por isso, o estudo de qualquer sociedade deveria partir justamente das relações sociais que os homens estabelecem entre si para utilizar os meios de produção e transformar a natureza. Essas relações sociais de produção são a base que condiciona todo o resto da sociedade. Para Marx, portanto, a produção é a raiz de toda a estrutura social.

Segundo Marx, na sociedade capitalista, as relações sociais de produção definem dois grandes grupos dentro das sociedades: “de um lado os capitalistas”, quem possui os meios de produção essencial para mudar a natureza e produzir mercadorias; e, do outro, “os trabalhadores”, aqueles que nada possuem, a não ser a sua disposição para trabalhar e a sua força de vontade (TOMAZI, 1993, p. 23).

A “produção da sociedade capitalista” só se realiza porque os capitalistas e trabalhadores entram em relação. O capitalista pagava ao trabalhador um salário para que trabalhasse para ele e, ao final da produção, ficava com o lucro (TOMAZI, 1993). Marx considerava que havia constante conflito entre as duas classes – conflito que não é possível resolver dentro da sociedade capitalista. Cogito que pelo fato de que sempre existiram fissuras dentro do próprio sistema capitalista. Nisso, Marx configura o conceito de classe, é um “grupo de indivíduos que ocupam uma mesma posição nas relações de produção, em determinada sociedade. A classe a que pertencemos é que condiciona, de maneira decisiva, nossa atuação social” (TOMAZI, 1993, p. 23).

Segundo Tomazi (1993, p. 23),

Marx enfatiza que o pesquisador não deve se restringir à descrição da realidade social, mas deve se ater à análise de como essa realidade se produz e se reproduz ao longo da história. Exemplo: não basta a descrição das duas classes sociais existentes, mas é preciso mostrar a maneira como essas classes surgiram na história, como o conflito entre elas se mantém e quais as possibilidades de transformação dessas relações de classe no futuro.

Portanto, Marx se dedicou ao estudo da estrutura macro-social. Uma estrutura que entende as relações sociais de produção no capitalismo e condiciona todo o resto da sociedade. E ainda é por ela que as classes sociais – capitalismo e proletariado foram definidos.

**IV O desenvolvimento estético e a hermenêutica**

“O desejo do homem de se desenvolver e se completar indica que ele é mais que um indivíduo” (DUARTE JR., 1988, p. 108). Ele sente e é capaz de se ocupar das experiências alheias. Nesse sentido, a arte é o meio indispensável para que esta união do indivíduo com o outro reflita a infinita capacidade humana para a associação, para a circulação de experiências e ideias.

A arte possibilita o acesso aos sentimentos de situações que se encontram longínquas de nosso cotidiano, criando em nós as bases para compreender tais sentimentos. Nesse sentido é significativo trazer um verso da poetisa Silvia Paulo, do poema TOQUE, ao referir-se a tudo que pode nos tocar nessa vida: “seus atos e ações vibram com o tempo e se renovam com o movimento” (PAULO, 2013, p. 06).

Tanto o artista como o espectador são membros de uma dada cultura e se situam em um determinado período histórico e formam seu estilo. Cada cultura possui uma forma própria de sentir. A arte exprime os sentimentos da cultura e da época em que foi produzida. Assim, esse fenômeno está sujeito à sociologia da arte como destaca Duarte Jr. (1988, p. 109),

para a consciência de uma época estabelecem-se correspondências entre diversas mensagens e, mais geralmente ainda, entre as artes, as ciências, as ideologias; há um estilo ou uma linguagem da época que é mais ou menos confusamente comunicada a todos os contemporâneos e que define, em suma, uma civilização e a personalidade de base que a vive.

Segundo Costa (2004, p. 19), “o compartilhar da poesia que é a arte” só acontece por meio da cultura, da linguagem e do meio social em que o leitor/autor e ouvinte se integram e que elaboram sua sensibilidade. Aos poucos cada pessoa vai desenvolvendo uma forma própria de apreciar o mundo a sua volta esteticamente. Um exemplo claro; uma vivência pessoal que pode contribuir para essa compreensão: tornei-me escritora e ‘viciada’ em leitura quando morava com meus pais e tinha apenas oito anos de idade. Quando comecei a me conhecer e aos poucos entendia as coisas a minha volta, tempos bem diferentes aqueles, nos quais entendi que me sentia sozinha e foi nas diversas leituras que partilhava dos livros, que emprestava da biblioteca da escola, que me sentia bem, livre, que viajava por todos os lugares (grifo meu).

Com isso, falar sobre o desenvolvimento do sensível por meio do nosso estado de espírito é falar de estética, de arte e de literatura. Costa (2004, p. 23) explica que, “se as pessoas estão alegres, ficam mais sensíveis às obras de arte, à leitura, à poesia que transmitem alegria. Se as pessoas estão tristes, se emocionam com uma dada imagem e/ou um dado texto”.

Não é de hoje que a cultura sofre sobressaltos e assombra a indústria. Conforme Costa (2004, p. 46), “já no século XVIII, a indústria cultural submetia a vontade do empresário e do público à do artista”. A indústria cultural promoveu a alfabetização da população desejosa de ler jornais e de acompanhar em suas páginas o que acontecia na vida pública e nos folhetins. A cada época, a cultura tem a tarefa de prover um novo tipo de ser humano.

Conceber o homem/acadêmico com uma cultura industrializada, ou seja, com suas relações de produções, mobilidades de espaço, cidades, etc.; é concebê-lo com equilíbrio e harmonia praticamente estáticos das culturas a-históricas que se alteram profundamente na dinâmica cultural do processo civilizatório (DUARTE JR., 1988).

O paradigma compreensivo apresenta como novos níveis de análise: a escola e a comunidade local (a escola e o bairro), a instituição escolar e a sala de aula. Assim, não estamos mais limitados ao plano macro (NOGUEIRA, 1995).

Por fim, é importante trazer um conceito de estética pela contribuição de Vygotsky (1999, p. 270),

a percepção estética supõe um movimento que envolve contradição, transformação e que se assemelha ao movimento de catarse, no qual acontece uma espécie de conversão de sentimentos. [...] reação estética supõe uma complexa transformação dos sentimentos. Podemos levantar a questão de modo bem mais amplo e falar não só da emoção lírica, mas distinguir, em qualquer obra de arte, as emoções suscitadas pelo material e as emoções suscitadas pela forma [...].

Assim, a reação estética apresenta uma possibilidade emocional da pessoa frente a alguma coisa que possa provocar-lhe, por exemplo, uma música, uma obra de arte ou um texto literário.

**V Conclusões**

A compreensão dos conhecimentos históricos e teóricos sobre os paradigmas existentes na Sociologia da Educação são necessários para as análises dos estudos em Educação. Então, entender que a sociologia hermenêutica é o método de análise de Max Weber e que a pesquisa de mestrado se aproxima da ação social é se inquietar em analisar o sujeito, no caso, os professores formadores do Curso de Pedagogia para interpretar a sociedade em que esses atores estão inseridos.

Na era contemporânea a tradição estética foi abalada pelo desenvolvimento da indústria cultural e pelos meios de comunicação de massa. Isso se justifica pelas experiências e descobertas que eram muito estimuladas, as cidades cresciam, a indústria se desenvolvia, o homem conquistava o mundo e a ciência parecia capaz de resolver todos os problemas da humanidade.

A arte contemporânea criou gêneros novos. E é pelas relações sociais que a arte adquiriu uma autonomia a partir da divisão do trabalho mental e material, como resultado das relações de poder prevalecentes. Com isso, a forma estética possibilita a crítica ao permitir o distanciamento da realidade para constituir a autonomia da arte em relação ao que é posto e pode afastar o homem das lutas sociais por um momento.

Silvia Paulo (sipari\_g@hotmail.com) é mestranda em Educação do PPGE/ FURB - Universidade Regional de Blumenau. Pedagoga pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Especialista pela PUC do Rio de Janeiro em Tecnologia em Educação. Bolsista - CAPES na FURB.

**Referências**

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista.*Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

COSTA, Maria Cristina. *Sociologia*: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1987.

COSTA, Cristina. *Questões da arte:* O Belo, a Percepção e o Fazer Artístico. São Paulo: Moderna, 2004.

DICIONÁRIO INFORMAL. *Estamental.*Disponível em: **<**http://www.dicionarioinformal.com.br/estamental>. Acesso em: 03 nov. 2015.

DUARTE Jr. F. O. J. *Fundamentos estéticos da educação***.** 2 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1988.

GOMES, Candido. “O Funcionalismo e a Educação.” In: \_\_\_\_\_. *A educação em perspectiva sociológica.* São Paulo: EPU, 1985.

JAPIASSU, H; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*.Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

KLEIMAN, B. A. *Trajetórias de acesso ao mundo da escrita:* relevância das práticas não escolares de letramento escolar. Perspectiva, Florianópolis, v. 28, n. 2, 375-400, jul./dez. 2010.

MARTINS, Carlos Benedito. *O que é Sociologia*.São Paulo: Brasiliense, 1986.

NOGUEIRA, Maria Alice. *Tendências atuais na Sociologia da Educação*. In: Leitura&Imagens. UDESC-FAED, 1995.

PAULO, Silvia. *Nas entrelinhas de meus pensamentos:* poesia, conto, crônica e outros. Blumenau, 3 de maio, 2013.

SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (orgs.) *Marxismo e educação.* Debates contemporâneos. Campina: Autores Associados, 2005.

SCHLINDWEIN, L. M. Sobre estética e formação docente: algumas considerações. In: SCHLINDWEIN, L. M.; PINO, A. P. (orgs.) *Estética e Pesquisa:* formação de professores. Itajaí; Ed. UNIVALI, 2006.

TOMAZI, Nelson Dacio (org.) *Iniciação à Sociologia.*São Paulo: Atual, 1993.

VYGOTSKY, L. S. *Psicologia da Arte.*São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKY, L. S. *A Construção do Pensamento e da Linguagem.*São Paulo: Martins Fontes, 2001.